

North (1990) - *Institutions, Institutional change and Economic Performance*

22 de Maio de 2020

Gabriel Petrini*

*PhD Student at Unicamp.

Resumo

Palavras-chave

Keyword1

Keyword2

Keyword3

INTRODUÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES E À MUDANÇA INSTITUCIONAL

North (1990) abre o capítulo definindo instituições como as regras do jogo, ou ainda, como restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana. Em seguida afirma que mudanças institucionais determinam a forma que as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, são centrais para compreender a mudança histórica. Além disso, pontua que não existe um constructo teórico que integra uma análise institucional na teoria e na história econômica.

I

De modo geral, as instituições diminuem a incerteza ao prover uma estrutura à vida cotidiana e por guiar as interações humanas. Em seguida, categoriza instituições em formais e informais em que regras são exemplos da primeira enquanto convenções e códigos de conduta são exemplos da segunda. Também destaca que as instituições podem ser criadas e evoluir ao longo do tempo. Pontua a dimensão negativa (restrição de ações) quanto positiva (permissividades) das instituições, ou seja, envolvem as interações humanas. Adiante, diferencia instituições de **organizações** em que as segundas surgem como consequência do — e influenciam o — arranjo institucional e incluem grupos políticos, econômicos, sociais e educacionais em que tais agrupamentos possuem objetivos em comum. Outra distinção relevante é entre agentes e as regras/normas (jogadores das regras).

Adiante, North (1990) discute que as instituições são criadas e alteradas pelos humanos de modo a teoria institucional que propõe deve partir do **nível individual**. Também pontua que as instituições determinam o desempenho econômico ao afetar os custos de produção.

II

Mais uma vez, o autor retoma que instituições reduzem as incertezas de uma sociedade ao promover uma estrutura estável às interações humanas, mas tal estabilidade não implica imutabilidade. Argumenta que as mudanças institucionais são complexas uma vez que podem ser consequências de mudanças formais, informais e nas formas de execução. Pontuam que as instituições informais estão menos sujeitas às ações políticas do que as formais. Dito isso, direciona a discussão para as condições que levam a uma maior convergência ou divergência das sociedades¹. Defende que a resposta a essa questão se dá pela interação entre instituições e organizações assim como na determinação de oportunidades associadas ao arranjo institucional em que as organizações são criadas para extrair vantagens dessas oportunidades e, na medida que se altera, modificam as instituições.

¹ Afirma que abandonou a explicação via incentivos de preços antes defendida em outro livro.

Argumenta que a trajetória da mudança institucional é determinado pelo *lock-in* derivado da relação entre instituições e organizações e pelos *feedbacks* dos agentes. Destaca ainda que as mudanças institucionais (incrementais) decorrem da percepção dos agentes das organizações políticas e econômicas podem ser favorecidos ao alterar o arranjo institucional na margem. No entanto, esta percepção depende da obtenção e processamento dessas informações. Em seguida, destaca que custos de transação (políticos e econômicos) tornam os **direitos de propriedade** ineficientes, mas a racionalidade limitada dos agentes tornam tais direitos de propriedade persistentes.

North (1990) afirma também que as mudanças institucionais podem tanto melhorar quanto piorar o bem-estar econômico. À luz disso, defende que o sucesso da economia norte-americana decorre pelo arranjo institucional gerar — em média — efeitos positivos sobre a atividade produtiva (apesar de suas consequências adversas). Ao mesmo tempo, afirma que o insucesso dos países do “Terceiro Mundo” decorrem do favorecimento de atividades redistributivas invés de produtivas, restringindo oportunidades invés de ampliá-las uma vez que as organizações oriundas deste arranjo institucional são mais eficientes em tornar esta sociedade mais improdutivo. Argumenta que esta trajetória se torna persistente por conta dos custos tanto do mercado econômico quanto do político que se soma aos modelos subjetivos dos agentes de modo que não mudam em direção mudanças (incrementais) mais eficientes.

COOPERAÇÃO: O PROBLEMA TEÓRICO

North (1990) abre o capítulo pontuando que a teoria neoclássica não apenas deixa de conceituar diferente organizações de troca (que não mercado) como também não explica a persistência de organizações “ineficientes” ao longo do tempo. No entanto, afirma que tal teoria não discute tais temas uma vez que partem da hipótese de que os direitos de propriedade são bem definidos (a um custo desprezível) e que a informação está disponível (também a um custo baixo). Em linhas gerais, o autor argumenta que a teoria neoclássica carece de uma melhor compreensão da **coordenação e cooperação** dos agentes econômicos. Além disso, enfatiza a importância dos **custos de transação e das instituições**.

I

Por mais que os economistas — de modo geral — tenho demorado para levar em consideração a importância das instituições, já vem de uma tradição que explora os problemas de coordenação e o fazem por meio do arcabouço da **teoria dos jogos**. Em seguida, North (1990) pontua que a cooperação não é sustentável nas configurações mais próximas da realidade, ou seja, quando os jogos não são repetitivos; quando a informação não é completa e; quando existe um grande número de jogadores. Adiante, discute alguns avanços da literatura e coloca:

[U]nder what conditions can voluntary cooperation exist without the Hobbesian solution of the imposition of a coercive state to create cooperative solutions? [...] We do not observe political anarchy in high-income countries. On the other hand the coercive power of the state has been employed throughout most of history in ways that have been inimicable to economic growth (North, 1981, Chapter 3). But it is difficult to sustain complex exchange without a third party to enforce agreements.

Em seguida, North (1990) explicita aquilo que considera o centro da análise das comunidades, convenções e da cooperação: qual o mínimo que é preciso saber sobre os demais agentes de modo a formar noções de seu comportamento e, com isso, ser capaz de interagir com eles?

II

O autor abre a seção afirmando que a competição elimina os problemas da informação completa e assimétrica. No entanto, para isso é preciso supor configurações institucionais e informacionais muito estridentes. Além disso, a teoria-padrão não apenas pressupõe que os agentes possuem objetivos bem definidos, mas que sabem as escolhas corretas para obtê-los. Outra limitação surge na presença de elevados custos de transação em que supõe-se que as instituições são desenvolvidas para gerar resultados eficientes e que independem do desempenho econômico.

Em linhas gerais, North (1990) afirma que nenhuma dessas condições extremas são observadas uma vez que os agentes econômicos atuam com informações incompletas a partir de modelos subjetivos e potencialmente errados

cuja informação não é suficiente para corrigi-los. Além disso, instituições são criadas para servir aos interesses daqueles que possuem maior poder de barganha, ou seja, não são desenvolvidas necessariamente para serem eficientes. Em um mundo em que os custos de transação são desprezíveis, prossegue, este poder de barganha não é tão relevante, mas como este não é o caso, o poder de barganha afeta as instituições e, por conseguinte, o desempenho econômico:

If economies realize the gains from trade by creating relatively efficient institutions, it is because under certain circumstance⁵ the private objectives of those with the bargaining strength to alter institutions produce institutional solutions that turn out to be or evolve into socially efficient ones. The subjective models of the actors, the effectiveness of the institutions at reducing transaction costs, and the degree to which the institutions are malleable and respond to changing preferences and relative prices determine those circumstances.

HIPÓTESES COMPORTAMENTAIS EM UMA TEORIA DAS INSTITUIÇÕES

North (1990) abre o capítulo discutindo os problemas associados às hipóteses de racionalidade substantiva em que os agentes econômicos têm e capacidade cognitiva e procedural de tomar as melhores decisões possíveis.

I

O autor inicia a seção se questionando quais são as hipóteses comportamentais compatíveis com um mundo em que as instituições são irrelevantes e conclui que a racionalidade substantiva só faz sentido nesses extremos. Adiante, apresenta algumas evidências empíricas que contestam tais hipóteses e discute outras hipóteses associadas à essa. Em particular, destaca a hipótese “evolucionária” em que a competição elimina os comportamentos não racionais de modo que os agentes que prevalecem são aqueles que adotaram as decisões de acordo com a teoria neoclássica.

II

Para explicitar as limitações da hipótese de racionalidade substantiva, North (1990) destaca as motivações, bem como a capacidade de “decifrar o ambiente”, ou seja, o comportamento humano é mais complexo do que a otimização de uma função utilidade. Adiante, apresenta formas alternativas de se caracterizar o comportamento humano com destaque para reputação, confiança e altruísmo que, por sua vez, não são consistentes com a maximização da riqueza individual. Em seguida, argumenta que as instituições alteram os preços que os indivíduos pagam e suas escolhas.

III

Nesta seção, North (1990) destaca a importância das instituições para reduzir as incertezas e auxiliar os agentes a decifram o ambiente econômico que o cercam. Em especial, pontua que o sistema de trocas é um exemplo da internalização de uma instituição. Em seguida, explicita a relevância de Simon ao propor a racionalidade limitada como um contraponto à racionalidade substantiva. Em linhas gerais, a centralidade da racionalidade limitada para North se dá pela relevância das informações subjetivas e incompletas no processo de decisão. Além disso, tal hipótese comportamental é consistente com a **formação das instituições**.

IV

Nesta seção, North contesta as hipóteses associadas à racionalidade substantiva ponto a ponto:

- Não existem um único equilíbrio, mas sim equilíbrios múltiplos;
- Os agentes enfrentam situações que não são únicas ou repetitivas em que as informações são incompletas e os resultados incertos;
- Preferências mudam ao longo do tempo;
- Por mais que os agentes possam tentar melhorar seus resultados, os *feedbacks* de informação são insuficientes para corrigir seus erros;
- Competição não é suficiente para guiar os agentes evolucionariamente;

- Comportamentos podem ser mais complexos que uma postura não-cooperativa otimizadora
- **As hipóteses comportamentais são o principal impedimento para se compreender a existência, a formação e evolução das instituições.**

V

O autor retoma a noção de que as instituições reduzem as incertezas e que tal característica é central em um mundo com racionalidade limitada. No entanto, isso não implica que as instituições são **eficientes**. Além disso, destaca que as instituições afetam os **preços das convicções dos agentes econômicos** e, assim, são fundamentais para influenciar o processo decisório.

TEORIA DE TROCA COM CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Neste capítulo, North (1990) adiciona uma **teoria da produção** às hipóteses comportamentais discutidas anteriormente. Por custos de produção, considera tanto os custos de transformação quanto os de transação. O custo por se obter **informações** é o principal elemento dos custos de transação e consiste na **mensuração dos valores dos atributos** dos ativos e inclui o que está sendo transacionado; os custos de proteção dos direitos de propriedade e policiamento e; execução contratual. Em linhas gerais, argumenta que a mensuração e os custos de execução são os determinantes sociais, políticos e econômicos das instituições.

I

North (1990) pontua que os autores da teoria dos CT não têm se debruçado a entender o que tornais tais custos tão **elevados** e que esta é uma questão central em sua teoria. Resumidamente, uma troca gera custos associados à tentativa de mensurar o valor dos atributos desses ativos. Dentre os elementos que explicam o porquê que tais custos de mensuração são elevados, desta a assimetria de informação.

II

O autor inicia esta seção discutindo o modelo Walrasiano básico em que preços são mecanismos alocativos suficientes para determinar os valores de uso. A esse modelo, o autor soma os custos de informação e, assim, os ganhos líquidos devem considerar os custos de mensuração e de policiamento dos acordos. Uma vez que a mensuração de tais atributos é custosa, a renda capturada por meio da obtenção de informação se torna mais importante. Além disso, a maximização do valor de um ativo envolve uma estrutura de propriedade na qual as partes que podem influenciar a variabilidade de atributos específicos tornam-se requerentes residuais sobre esses atributos.

III

Uma vez que não se sabe os atributos de um bem ou serviço, assim como o desempenho de uma das partes e porque é necessário destinar recursos para obter e medir e monitorar tais características é que surgem questões de execução. Tal execução pode vir tanto da retaliação de uma das partes como também dos códigos de conduta internos ou de um terceiro ente de forma coercitiva (Estado). De todo modo, a execução não pode ser tomada como garantida e a dificuldade aumenta na medida que a divisão do trabalho também aumenta. Em seguida, afirma:

But without institutional constraints, self-interested behavior will foreclose complex exchange, because of the uncertainty that the other party will find it in his or her interest to live up to the agreement. The transaction cost will reflect the uncertainty by including a risk premium, the magnitude of which will turn on the likelihood of defection by the other party and the consequent cost to the first party.

IV

North (1990) argumenta que a apropriação — que é importante para a definição dos direitos de propriedade — é função das regras legais, das formas organizacionais, execução e normas comportamentais. Em resumo, a apropriação depende do arranjo institucional. Uma vez que os custos de transação existem na presença de direitos

de propriedade, tais direitos nunca são perfeitamente especificados ou executados. Além disso, pelos custos de transação terem mudado consideravelmente ao longo do tempo, as configurações de formas de proteção ou de captura dos direitos de propriedade também variam enormemente. Sendo assim, as instituições determinam a estrutura das trocas que, por sua vez, determinam os custos de produção (transformação e transação). As instituições são mais eficazes em resolver questões de coordenação e produção a depender da motivação dos agentes, a complexidade do ambiente e a capacidade dos agentes de decifrá-la. Dito isso, o autor pontua que os custos de transação aumentam com o grau de complexidade da economia, ou seja, são menores em uma economia de pequena escala e de transação local e conclui:

Thus, it should be readily apparent that to develop a model of institutions, we must explore in depth the structural characteristics of informal constraints, formal rules, and enforcement and the way in which they evolve. Then we shall be in a position to put them together to look at the overall institutional makeup of political/economic orders.

Dúvidas e comentários

Seria a teoria institucional de North uma “Teoria Geral das Instituições” em que a teoria neoclássica é um caso especial? Em outras palavras, North tenta estender/compatibilizar suas contribuições com a teoria *mainstream* ou romper com ela? **Comentário:** Williamson me pareceu menos preocupado com essa compatibilização com a teoria-padrão.